



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

236  
df

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 246.926-9**

Agravante: A. F. N. O

Agravada: Hospital e Maternidade São Luiz S. A.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**EMENTA:** processual civil. Recurso de agravo. Consumidor. Suposto erro médico. Inocorrência. Ausência de prova inequívoca e de verossimilhança das alegações. Recurso de Agravo não provido por unanimidade.

I – A prova inequívoca diz respeito a qualquer meio de prova capaz de influir positivamente no convencimento do magistrado. Exige-se que os fatos examinados com base na prova já carreada aos autos possam ser tomados como fatos certos. A verossimilhança da alegação, por seu turno, pressupõe um elevado grau de probabilidade do direito alegado pela parte autora.

II – No caso em tela, não existe nos autos prova inequívoca, nem verossimilhança das alegações relativas à ocorrência de erro médico feitas na petição inicial da ação originária a justificar a manutenção integral da tutela antecipada deferida pelo magistrado de primeiro grau.

III – Como a suposta má prestação do serviço médico não restou comprovada, não há como responsabilizar o Hospital agravado pelo atual estado clínico do menor agravante e nem como condená-lo a arcar com as despesas decorrentes do tratamento de saúde solicitado na inicial.

IV – Recurso de agravo a que se nega provimento por unanimidade.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo n. **246.926-9**, em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em negar provimento ao presente recurso, na conformidade do relatório, do voto e da ementa que integram este julgado.

Recife, 27/5/14

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

237

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 246.926-9**

Agravante: A. F. N. O

Agravada: Hospital e Maternidade São Luiz S. A.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

Cuido de recurso de agravo interposto por Aquiles Ferreira Nunes de Oliveira contra decisão monocrática exarada no agravo de instrumento apenso.

O cerne do presente debate reside na apuração da responsabilidade do Hospital agravado pelo atual estado clínico do menor agravante e, por consequência, no seu dever de arcar com todas as despesas necessárias ao seu tratamento de saúde, dentre as quais custos de deslocamento para consultas e exames; fornecimento de fraldas descartáveis, medicamentos e alimentação.

Adoto o relatório da decisão agravada e acrescento:

**Decisão Agravada (fls. 198/203):** proferi decisão terminativa, com base no artigo 557, §1º - A, do CPC, para isentar o Hospital agravado das condenações impostas pela decisão *a quo*.

**Recurso de Agravo (fls. 122/225): Sem preliminares. No mérito,** Aquiles defende, em suma, a necessidade de manutenção da liminar proferida pelo magistrado *a quo*, por terem restado comprovados os requisitos necessários à antecipação de tutela nos moldes formulados na petição inicial.

Com esses argumentos, requer o provimento do presente agravo para que seja mantida a tutela antecipada deferida pelo magistrado de base, em todos os seus termos.

Por não exercer o juízo de retratação, apresento os presentes autos para julgamento.

É o relatório. Feito fora de pauta.

Recife,

22/5/14

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator



234  
p

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 246.926-9**

Agravante: A. F. N. O

Agravada: Hospital e Maternidade São Luiz S. A.

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

Por meio do presente recurso de agravo, Aquiles pretende a reforma da decisão agravada para ver mantida a decisão liminar proferida pelo magistrado de base. Para tanto, afirma terem restado preenchidos os requisitos necessários à concessão da tutela antecipada.

A bem da verdade, as referidas questões foram devidamente enfrentadas pela decisão monocrática agravada, razão pela qual transcrevo seus fundamentos:

*Por meio do presente recurso, o Hospital agravante pretende ser desonerado da condenação imposta pela decisão a quo.*

*Antes de apreciar as alegações levantadas no presente recurso, convém realizar breve resumo dos fatos.*

*Na petição inicial da ação originária, a representante do agravado aduziu ter ele apresentado estado de convulsão leve no terceiro mês de vida.*

*Alegou, ainda, ser tal estado convulsional devidamente controlado, através medicamentos, por uma neurologista pediátrica, sem interferências na evolução natural do menor agravado.*

*Seguiu narrando ser o agravado uma criança normal até ser levado ao Hospital agravante por um processo infeccioso, onde não teria sido medicado corretamente e nem removido imediatamente para outra unidade hospitalar capaz de lhe prestar o socorro adequado. A partir de tais considerações, conclui que o mencionado atendimento defeituoso teria acarretado o estado vegetativo no qual o agravado se encontra atualmente.*

*Por tais razões, ingressou com ação de obrigação de fazer requerendo antecipação de tutela para exigir a manutenção do tratamento necessário ao agravado consistente na remoção de ida e volta dele a médicos, fisioterapia motora e respiratória, fonoterapia, hidroterapia, home care, alimentação, medicamentos e fraldas descartáveis.*

*A matéria em debate, portanto, reside na responsabilização do Hospital por suposto erro médico cometido no atendimento emergencial prestado ao agravado.*

*Conforme se infere da documentação acostada, o menor agravado possui histórico de dezenove atendimentos realizados pelo hospital agravante ao longo do tempo, havendo sido o primeiro deles prestado em 21/03/2005 e o último em 24/04/2006 (fls. 88/123).*

*Na maioria deles, o agravado apresentava quadro epilético, com constantes convulsões e lhe eram ministrados medicamentos capazes de fazer cessar as crises convulsivas e estabilizar o mencionado quadro, razão pela qual geralmente recebia alta com brevidade.*

*No dia 24/04/06 o agravado deu entrada na emergência do hospital agravante por volta das 04h00min com estado de mal epilético, apresentando convulsões prolongadas havia aproximadamente 15 minutos.*

J

Segundo a guia de atendimento de fl. 123, os profissionais do hospital agravante realizaram uma série de procedimentos visando alcançar a estabilização do quadro clínico do agravado, quais sejam: aplicação de Dormonid 0,2 ml IN; aplicação de Diazepan (10 mg/2ml); instalação de cateter com oxigênio nas narinas; aplicação de soro fisiológico 0,9% em EV lento. Como a crise convulsiva continuava, foi realizada a entubação do agravado, bem como a aplicação do medicamento Dormonid em bomba de infusão contínua.

Após tais procedimentos, verificou-se a necessidade de transferência do agravado a um hospital portador de UTI pediátrica, em razão da gravidade do seu estado de saúde e do risco de ocorrência de novas crises, vindo o agravado a ser transferido no mesmo dia para outro hospital.

Tal histórico de atendimento foi confirmado pelo relatório médico elaborado pela pediatra do hospital para o qual o agravado foi transferido (fl. 58). Senão vejamos:

**"No dia 24-04-06 o menor Aquiles Ferreira Nunes de 1ª e 7 meses, veio para este serviço, transferido da Prontolinda, onde foi atendido por Estado de Mal Convulsivo, iniciado há 9hs.**

**Criança já é convulsiva desde os 3 meses, toma Frislon e Depakene. Tem RDNPM e vem com acompanhamento neurológico, tendo exames anteriores de RNM, TAC E EEG normais. Chegou a UTI com tubo traqueal 3, safena direita dissecada, segundo relatos, não fez PCR, porém convulsionou por muitas horas, em uso de dormonid contínuo, foi feito fenobarbital e hidantal no hospital de origem e ainda convulsionando, com crise clônica generalizada, sem edema, corado, hidratado."**

Como se observa, medidas emergenciais foram providenciadas pelo agravante, não havendo nos autos elementos a justificar a antecipação de tutela deferida pelo magistrado de piso.

Com efeito, de acordo com o art. 273, do CPC<sup>1</sup> para a concessão da tutela antecipada, além da prova inequívoca dos fatos alegados, faz-se necessária a verossimilhança da alegação.

Nas lições de Fredie Didier Jr extrai-se:

**"A prova inequívoca deve conduzir o magistrado a um juízo de probabilidade, verossimilhança, sobre os fatos narrados. O juízo de verossimilhança é aquele que permite chegar a uma verdade provável sobre os fatos, a um "elevado grau de probabilidade da versão apresentada pelo autor"**

É imprescindível acrescentar que a verossimilhança refere-se não só à matéria de fato, como também à plausibilidade da subsunção dos fatos à norma invocada, conduzindo nos efeitos pretendidos. O magistrado precisa avaliar se há probabilidade de ter acontecido o que foi narrado e quais as chances de êxito do demandante.

(...)

**A prova inequívoca de verossimilhança das alegações é exigência mais rigorosa que a fumus bonis iuris(a fumaça do bom direito), pressuposto da tutela cautelar. Isso porque a tutela antecipada implica juízo cognitivo mais profundo do que o exigido para a tutela cautelar – malgrado seja mais superficial do que o exigido para a tutela definitiva (cognição exauriente). Enquanto a tutela antecipada exige verossimilhança fundada em prova, a cautelar só demanda mera plausibilidade/probabilidade, independente de prova."**<sup>2</sup> (grifos acrescidos).

Como se vê, a prova inequívoca diz respeito a qualquer meio de prova capaz de influir positivamente no convencimento do magistrado. Exige-se que os fatos, examinados com base na prova já carreada, possam ser tidos como fatos certos.

A verossimilhança da alegação, por seu turno, pressupõe um elevado grau de probabilidade do direito alegado pela parte autora.

<sup>1</sup> Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu

<sup>2</sup> DIDIER JR, Fredie. **Curso de direito processual civil**. Vol 2. 2ª. ed. rev, amp e atua. Salvador: JusPodivm, 2008. p. 627/628.

A ausência de um desses requisitos acarreta o não deferimento da medida antecipatória, conforme tem decidido o STJ em reiterados julgados:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE. ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL. RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. DESNECESSIDADE NO CASO CONCRETO.

1. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental revela exigência administrativa que não se coaduna com o funcionamento de empresa instalada há mais de 3 (três) décadas, conjurando, a um só tempo, a evidência do direito e o periculum in mora (art. 273 do CPC).

2. Deveras, sobressai carente de prova inequívoca a ação que visa à referida exigência legal instituída após 1 (uma) década da instalação da empresa, por isso que, in casu, através de cognição exauriente e no curso da lide, prova técnica, sob contraditório, encerra meio pertinente à aferição da verossimilhança da alegação.

3. É defeso ao juiz, em nome do "poder geral de cautela", deferir medida antecipatória satisfativa, porquanto diversos os requisitos para a concessão da tutela jurisdicionais referidas. É que a tutela cautelar reclama aparência (fumus boni juris), e a tutela satisfativa, evidência (prova inequívoca conducente à verossimilhança da alegação).

4. A fungibilidade dos requisitos viola o art. 273 do CPC, tanto mais que, in casu, a tutela antecipada visa a estagnação das atividades da empresa, caso não apresente o Estudo Prévio, sendo certo que a atividade resta exercida por 37 (trinta e sete) anos.

5. Recurso Especial provido.

(REsp 766.236/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/12/2007, DJe 04/08/2008) (grifos acrescidos).

**No meu sentir, não existe nos autos prova inequívoca, nem verossimilhança das alegações feitas na petição inicial da ação originária, a justificar a manutenção da tutela antecipada deferida pelo magistrado a quo.**

A vasta gama documental colacionada pelo agravado (fls. 59/71) comprova os diversos tratamentos aos quais ele tem de se submeter de forma regular, tais como fisioterapia respiratória e motora, fonoaudiologia e acompanhamento neurológico.

Em relação ao erro médico supostamente cometido pelo agravante, contudo, não há qualquer indício de prova nos autos. Sobre a questão, a representante do agravado limitou-se a afirmar ter sido prestado serviço defeituoso por parte do hospital agravante, sem contudo apontar qual seria o correto.

Por outra via, o hospital agravante colacionou dezenove guias de atendimento do menor agravado demonstrando não só o sucesso dos diversos procedimentos anteriormente realizados, bem como a confiança depositada pela genitora do agravado nos serviços prestados pelo hospital agravante.

Em suma, no caso dos autos, não há comprovação de que o alegado atendimento hospitalar defeituoso ensejou o atual estado de saúde de Aquiles, não havendo como imputar ao Hospital agravante a responsabilidade pelos prejuízos sofridos, por ausência de nexo causal.

Esse foi o posicionamento do STJ no julgamento de demanda semelhante:

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL - ERRO MÉDICO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ARTIGO 131 DO CÓDIGO CIVIL -131CÓDIGO CIVIL1. O sistema processual civil abraça o princípio do livre convencimento motivado, que, inclusive está positivado no artigo 131 do Código de Processo Civil, impondo ao julgador a indicação dos motivos de suas conclusões. Na hipótese em que a ação proposta tem sustentação na existência de erro médico, uma vez que realizada perícia, deve o julgador indicar os motivos pelos quais resolve concluir pela obrigação de indenizar, tomando posição oposta às conclusões do perito, mormente quando outras provas não existem nos autos.131Código de Processo Civil2. **A responsabilidade do médico pressupõe o estabelecimento do nexo causal entre causa e efeito da alegada falta médica, tendo em vista que, embora se trate de responsabilidade contratual - cuja obrigação gerada é de meio -, é subjetiva, devendo ser comprovada ainda a culpa do profissional.**3. Recurso especial provido (1078057 MG 2008/0168389-1, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 10/02/2009, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/02/2009) (GN)

Esse também é o entendimento do TJSP:

RESPONSABILIDADE CIVIL DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS ERRO MÉDICO **Falta de comprovação de que a alegada má conduta médica resultou na deformidade do braço do demandante, não havendo, pois, que se imputar à**

**Autarquia Municipal responsabilidade pela indenização em razão dos danos sofridos** Sentença de improcedência mantida. Preliminar de nulidade afastada. Recurso improvido. (APL 1216186920088260053- TJSP 0121618-69.2008.8.26.0053, Relator: Moacir Peres, Data de Julgamento: 27/02/2012, 7ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 28/02/2012) (GN)

E mais,

**Responsabilidade civil. Erro médico em serviço de parto, a acarretar sérios danos cerebrais no feto e seqüelas irreversíveis na criança. Alegação de imprudência pela demora no atendimento da parturiente e ausência de monitoramento adequado na sala. Improcedência, por falta de comprovação do nexo causal. Sentença confirmada. Apelação não provida.** (9058686222006826 SP 9058686-22.2006.8.26.0000, Relator: José Roberto Bedran, Data de Julgamento: 01/03/2011, 2ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/03/2011) (GN)

Com efeito, em que pese a lamentável situação de saúde atual do agravado, não vislumbro qualquer conduta negligente, imperita ou imprudente por parte do hospital no atendimento do dia 24/04/06, a ensejar a sua responsabilidade por ato ilícito.

Como se observa, restou devidamente justificada a ausência de prova inequívoca e da verossimilhança das alegações feitas na petição inicial da ação originária, a justificar a manutenção integral da tutela antecipada deferida pelo magistrado *a quo*.

Com efeito, a decisão esclareceu não haver qualquer indício quanto à apontada má prestação dos serviços médicos, razão pela qual não seria possível imputar ao Hospital agravante a responsabilidade pelo atual estado de saúde de Aquiles.

Em face do exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do presente recurso de agravo, para manter a decisão monocrática na íntegra.

É como voto.

Recife, 21/11/14



**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator